

O Governo Federal dará, com a maior brevidade possível, execução ás medidas de protecção autorizadas pela lei n. 2.543 A, de 5 de janeiro de 1912, e regulamentadas pelo decreto n. 9.521, de 17 de abril do mesmo anno, promovendo a realização dos seguintes serviços e medidas:

a) criação de uma estação experimental, em local convenientemente escolhido nas proximidades de Belém, para o estudo da cultura da seringueira e de outras plantas de valor industrial ou alimentar, tendo como dependencias campos de experiencia e de cultura nos pontos mais convenientes dos valles de Guamá, Capim, Xingú, Tapajoz, Gurupy e outros rios em que tal providencia, de commum accôrdo entre o Governo da União e o do Estado, for julgada necessaria, tendo-se em vista os intuitos do accôrdo;

b) montagem de uma usina para refinação da borracha, em Belém;

c) estabelecimento de uma fabrica de artefactos de borracha em Belém;

d) inicio da construcção, no menor prazo possível, da linha tronco da rêde de estradas de ferro a que se refere o n. III do art. 6º da lei n. 2.543 A, e execução immediata dos estudos do ramal da mesma rêde de linhas ferreas, ligando Belém do Pará á Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias, em Coroaá, ou em outro ponto mais conveniente, aproveitada, si convier, para qualquer desses dous objectivos ou para ambos, parte da linha construida de Belém a Bragança;

e) construcção de linhas de viagem economica, de accôrdo com as prescripções dos arts. 49 a 54 do decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, nos valles do Xingú e do Tapajóz, com os ramaes convenientes para exploração e povoamento da região comprehendida entre esses dous rios, desde que, por iniciativa da União ou do Estado do Pará, se torne effectiva a colonização dessa região;

f) applicação dos favores da lei para organização de uma grande fazenda modelo de agricultura e criação de gado na ilha de Marajó, comprometendo-se o Governo Federal a solicitar do Congresso Nacional os necessarios auxilios para fundação de uma posto zootechnico annexo á mesma e destinado a servir os Estados do Pará e do Amazonas;

g) constituição de uma empresa de pesca, principalmente fluvial, com séde em Belém, dotada de apparellamento completo e moderno e com capacidade para abastecer o valle do Amazonas;

h) construcção de uma hospedaria de immigrants, na ilha de Tatuoca, ou outro ponto conveniente, com capacidade normal para mil e quinhentos (1.500) immigrants, e tendo annexo um almoxarifado para fornecimento de ferramentas e utensilios de trabalho aos immigrants sem recurso, aos quaes serão, além disso, facultados, por intermedio da repartição competente, todos os demais auxilios previstos nas leis e regulamentos especiaes da colonização;

i) installação de hospitaes com capacidade para cem (100) doentes, em Conceição do Araguaia, Montenegro e no ponto mais conveniente da região entre o Xingú e o Tapajóz;

j) criação de colonias agricolas annexas aos hospitaes e visando os fins previstos no decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912;

k) estabelecimento, nos termos dos arts. 64 a 94 do citado decreto de 17 de abril, de um deposito de carvão de pedra e

óleo combustível em Belém ou em suas vizinhanças e outro em Santarém, com capacidade sufficiente para prover as necessidades da navegação fluvial.

Além das medidas que precedem, o Governo da União tornará effectivos os demais auxílios previstos no decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, especialmente no que se refere ao plantio da seringueira, promovendo a decretação, pelo Congresso Nacional, das medidas de animação que a experiência for indicando como mais efficazes para incrementar a cultura da seringueira.

## II

Com o fim de tornar effectivo o que se dispõe na letra f da clausula I, o Governo Federal compromette-se a solicitar do Congresso Nacional a precisa autorização para que se proceda, com a maior brevidade, aos necessários trabalhos de dessecamento dos campos da ilha do Marajó, podendo desse serviço ser encarregado o Estado do Pará, mediante ajuste prévio com o Governo Federal.

## III

Nos termos do art. 53 do decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, a construção das linhas de viação ferrea de que trata a letra e da clausula I, só será feita pela União si o Estado do Pará, administrativamente ou por meio de concessão, promover a colonização das terras a que essas linhas deverão servir, nos pontos mais convenientes, em uma extensão minima de dez (10) kilometros para cada lado das linhas, observada a legislação federal relativa á colonização, ficando reservadas unicamente para o Estado as terras estritamente necessárias para os seus serviços, podendo da construção das linhas, mediante accordo prévio com a União, ser encarregado o Estado, que a fará por si ou por empresa sob sua responsabilidade, segundo o regimen financeiro da lei n. 1.126, de 1903. No caso de haver concessão do Estado para colonização, a União, pela forma acima estabelecida, incumbirá ao Estado a construção das linhas ou a contractará com as empresas concessionárias da colonização, observado, de preferencia, o regimen financeiro estatuido na lei n. 1.126, de 1903, e não podendo o prazo das concessões de colonização, quando feitas pelo Estado, exceder a noventa (90) annos, findo o qual ficarão sob a jurisdição da União as linhas e as terras que não tiverem ainda sido transferidas por qualquer titulo aos colonos, ou que não tiverem sido, ou não forem então reservadas, para o serviço do Estado do Pará, as quaes serão divididas em lotes e vendidas ou doadas a colonos, segundo as disposições das leis e regulamentos especiaes que então vigorarem, cabendo ao Estado do Pará metade do producto das vendas, quando vendidas. Nesse caso, o Governo Federal se reserva o direito de exercer, de accordo com o Estado do Pará, immediata fiscalização sobre os contractos de colonização, exigindo que ella se torne effectiva, sob pena de caducidade das concessões das linhas ferreas.

## IV

A construção das linhas de que trata a clausula anterior poderá igualmente ser feita pelo Governo Federal si este tomar directamente a seu cargo a colonização das terras, contractando-a, bem como a construção das linhas, com quem maiores vantagens offerecer. Neste caso, fica desde já o Governo Federal, pelo accordo que se celebrar, autorizando a conceder ao longo dessas linhas os terrenos que estiverem effectivamente devolutos, em uma extensão de dez (10) kilometros para cada lado, com a condição de serem elles effectivamente colonizados e explorados, dentro do prazo dos contractos, que será de noventa (90) annos no maximo, reservadas para o Estado as terras que forem estritamente necessárias para os seus serviços. Findo o prazo dos contractos, ficarão sob a jurisdição da União as terras que não tiverem sido ainda transferidas, por qualquer titulo, aos colonos, ou que não tiverem sido, ou não forem então, reservadas para os serviços do Estado, as quaes serão divididas em lotes e vendidas, ou cedidas a colonos, segundo as disposições das leis e regulamentos especiaes que então vigorarem, cabendo ao Estado do Pará metade do producto das vendas, quando vendidas.

## V

O Governo do Estado do Pará autoriza o Governo Federal a conceder, ao longo das outras estradas de ferro, de qualquer bitola, que construir no Estado do Pará, os terrenos que estiverem effectivamente devolutos, dentro de uma faixa de dez (10) kilometros para cada lado das linhas, e que forem necessários para colonização, compromettendo-se o Governo Federal a promover-a, de accordo com o Estado, e por forma que ella se torne effectiva, dentro do prazo dos contractos respectivos.

## VI

O Estado do Pará compromette-se a adoptar, conjuntamente com a União, e observadas as suas respectivas competencias, as seguintes medidas:

a) redução gradual de dez por cento (10 o/o), annualmente, no imposto de exportação da borracha, a partir de janeiro de 1914, em ordem a reduzi-lo, dentro do prazo de cinco annos (5), á metade da taxa de vinte por cento (20 o/o), cobrada presentemente pela União, reservado ao Estado do Pará o direito de fazer maior redução annual, si assim julgar conveniente;

b) isenção de qualquer imposto de exportação, estadual e municipal, sobre a borracha de cultura, durante o prazo de vinte e cinco (25) annos, a contar de 5 de janeiro de 1912;

c) estabelecimento de uma taxa fixa, de quatrocentos réis (\$400, por kilo, sobre as borrachas impuras, isto é, as que não sejam preparadas por processos aperfeiçoados ou pela refinação e que contenham mais de seis por cento (6 %) de impureza, sendo as analyses feitas no Laboratorio de Analyses do Estado ou em Laboratorio Federal. A criação desta taxa ficará dependente de approvação do Congresso Nacional para a borracha procedente do territorio federal do Acre, só começando a vigorar a cobrança depois que a Usina de Refinação do Estado do Pará estiver funcionando em condições de attender, a juizo do Governo, ás necessidades da produção;

d) isenção de qualquer imposto estadual ou municipal, durante o prazo de vinte e cinco (25) annos, para as empresas com as quaes a União ou o Estado do Pará contractarem quaesquer dos serviços previstos no accordo e no regulamento anexo ao decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, exceptuado o imposto de exportação;

e) limitação, em oito por cento (8 %) *ad valorem*, do total dos impostos estaduais e municipaes que venham a ser creados sobre artefactos de borracha produzidos na fabrica do Estado;

f) destinar todos os annos, em seus orçamentos, durante o prazo minimo de quinze (15) annos, até cinco por cento (5 %) do que tiver rendido no anno anterior, o imposto de exportação sobre a borracha, para conservação e melhora das vias ordinarias de communicação que servirem de accesso ás zonas dos seringaes e ás colonias agricolas.

## VII

O governo do Estado do Pará, mediante accordo prévio com a União, decretará, para todo o territorio do Estado, as medidas legislativas e fará cumprir rigorosamente as medidas administrativas que a União tiver decretado ou mandado pôr em execução no territorio federal do Acre, com o fim de proteger a industria da borracha, em qualquer de suas phases.

## VIII

O Governo Federal e o do Estado do Pará promoverão a redução, nas actuaes tabellas de fretes das companhias de navegação por elles administradas ou subvencionadas, na proporção de quarenta por cento (40 %) para as passagens de terceira classe, trinta por cento (30 %) para a borracha, e cincoenta por cento (50 %) para os artigos de primeira necessidade nos seringaes, especialmente arroz pilado ou com casca, armas de caça, banha de porco, carnes de conserva, estumbo de munición, cartuchos e balas para armas de caça, espoletas, stearina em vela, feijão de qualquer qualidade, kerozene, leite condensado, manteiga, mariscos, milho de qualquer qualidade, machados, peixes salgados e de conserva de qualquer qualidade, productos pharmaceuticos e medicinaes, pólvora, phosphoros, panellas de ferro batido ou fundido, sabão sem perfume, sal de cozinha, legados, toucinho salgado ou em salmoura, tecidos de algodão em peça e xerque. Uma vez feita esta redução, não poderão as tarifas ser elevadas sem novo accordo entre os dous governos.

## IX

O Governo Federal solicitará do Congresso Nacional uma redução minima de vinte por cento (20 %) nos actuaes impostos de importação sobre leite condensado, kerozene, cordalha, cordas e linhas de pesca, armas de caça de um ou dous canos, espoletas e munición para armas de caça, estendendo, tanto quanto possivel, esta providencia a artigos de vestuario e alimentação, productos medicinaes de uso comum nos seringaes, que não tenham similares na industria nacional.

## X

O Governo Federal e o do Estado do Pará promoverão a introdução, nos seringaes, de instrumentos modernos de corte das arvores e de colheita do latex da seringueira, bem como de processos chimicos e apparatus aperfeiçoados da

defumação, para o melhor e mais economico preparo da borracha.

## XI

O Estado do Pará compromette-se a prestar á União a sua completa assistencia para realização das medidas consignadas no accôrdo, auxiliando-a para perfeita execução dos serviços, acompanhando todos os trabalhos e representando contra quaesquer irregularidades nos mesmos observadas.

Para effectividade do que acima se dispõe, a União comunicará ao Estado do Pará todos os planos de serviços e de obras, contractos, regulamentos e providencias referentes aos mesmos trabalhos, cumprindo ás repartições a que ficarem affectos os serviços decorrentes do accôrdo, prestar ao Estado do Pará todas as informações que lhes forem pedidas.

## XII

O Estado do Pará constituirá um districto especial de fiscalização, subordinado á Superintendencia da Defesa da Borracha, e tendo séde em Belém.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1913. — *Pedro de Toledo.*  
— *Ricadavia da Cunha Corrêa.* — *José Barbosa Gonçalves.*

---